

Fila para o Auxílio Brasil ressurgiu depois da eleição

Fila do Auxílio Brasil ressurgiu após eleição e já tem 128 mil famílias

Barreira a novos beneficiários é mais uma pressão ao programa na gestão de Lula

Thiago Resende

BRASÍLIA Encerrado o segundo turno da eleição para a Presidência, o programa de benefícios Auxílio Brasil, do governo do presidente Jair Bolsonaro (PL), voltou a registrar fila de espera, algo que não acontecia desde agosto, quando a campanha eleitoral ganhou força.

Segundo dados obtidos pela Folha, 128 mil famílias entraram na lista em novembro. Isso significa que elas já tiveram seu cadastro aprovado pelo Ministério da Cidadania, responsável pelo programa, mas ainda não foram atendidas. Procurado, o Ministério da Cidadania não respondeu sobre o motivo do represamento nas concessões.

A fila de espera começou o ano de 2022 zerada. Sem orçamento suficiente no programa, porém, a fila foi crescendo mês após mês e, em julho, atingiu a marca de 1,569 milhão de famílias.

De olho na reeleição, Bolsonaro se empenhou para ampliar o orçamento do Auxílio Brasil no segundo semestre, e conseguiu manter as filas zeradas em agosto, setembro e outubro, meses de campanha eleitoral, além de expandir o número de famílias no programa de transferência de renda. Em outubro, o número de

beneficiários superou os 21 milhões, um recorde que se repetiu neste mês.

Ao turbinar o Auxílio Brasil, a campanha do presidente Bolsonaro esperava melhorar o desempenho eleitoral do presidente em regiões do país e camadas da população mais carentes, nas quais Luiz Inácio Lula da Silva (PT) mostrava maior intenção de voto.

Bolsonaristas reconheciam que a medida era uma das principais apostas eleitorais da campanha. Também lamentavam que a ampliação do programa social tivesse sido adotada num período muito próximo à eleição, o que dificultou o objetivo de colher os dividendos eleitorais — o efeito político desse tipo de ação não é imediato.

Nova fila de espera eleva pressão sobre governo eleito

O represamento de famílias de baixa renda que se enquadraram no perfil do Auxílio Brasil gera ainda mais pressão para o programa no início da gestão do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que planeja retomar a marca Bolsa Família.

A equipe de transição estima um gasto de R\$ 175 bilhões no próximo ano com o programa social. Isso inclui R\$ 157 bilhões para o bene-

fício mínimo de R\$ 600 por família e R\$ 18 bilhões para a promessa de campanha de conceder R\$ 150 por criança de até seis anos.

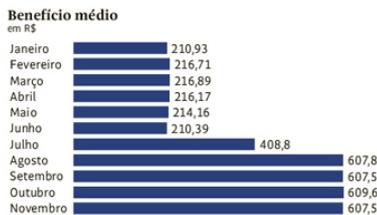
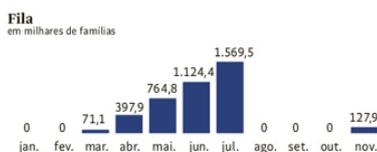
No formato atual, o Auxílio Brasil representa um gasto de R\$ 13 bilhões por mês para os cofres públicos — cálculo com base nos dados de novembro, quando o programa atendeu 21,53 milhões de famílias e registrou a fila de 128 mil.

Nesse nível mensal, o custo já consome todo o orçamento de R\$ 157 bilhões estimado pelo PT. Ou seja, não há espaço nem para zerar a fila de espera nem para evitar que ela cresça.

Membros da equipe de transição de Lula dizem que não deve ser possível atender a todos da fila imediatamente assim que ele assumir. A prioridade será redesenhar as regras do programa ainda no primeiro trimestre e fazer uma análise mais criteriosa dos cadastros já a partir de janeiro, para evitar que sejam incluídos no programa pessoas sem o perfil social para receber o benefício.

Por causa dos critérios adotados na gestão Bolsonaro, houve um grande aumento do número de beneficiários do Auxílio Brasil enquadrados como família pobre ou extremamente pobre com apenas um integrante.

Fila de espera do Auxílio Brasil ficou zerada na eleição, mas agora voltou a subir



Fonte: Ministério da Cidadania

Esse perfil de beneficiário mais que dobrou em um ano, passando de 2,2 milhões, em novembro do ano passado, para 5,5 milhões atualmente.

Essa é uma das principais críticas feitas pelo governo ao programa da atual gestão: ele não distingue entre famílias com muitas crianças, que precisariam de mais recursos, e beneficiários individuais. Todos recebem o mesmo valor.

Em novembro, por exemplo, o benefício médio transferido ficou próximo de R\$ 608, sendo que o valor mínimo é de R\$ 600.

No Bolsa Família, cuja estrutura o governo Lula pretende retomar, o valor transferido dependia do número de filhos e faixa de renda de cada família cadastrada.

Apesar do inchaço no número de beneficiários individuais, apenas no mês passado, após o período eleitoral, o Ministério da Cidadania iniciou um processo para apurar possíveis irregularidades.

Por enquanto, contudo, os bloqueios de benefícios ainda não registraram um comportamento fora do comum.

O objetivo da equipe do presidente eleito é que famílias com um "perfil claro" para o Bolsa Família — mulheres com filhos — sejam prioridade no atendimento da fila.

A expectativa é que, com a verificação de irregularidades, haja mais espaço para colocar novas famílias no programa.

As mudanças nas regras e a volta do nome Bolsa Família devem ser feitas por medida provisória (MP) a ser elaborada nos primeiros dois ou três meses de governo, segundo integrantes da equipe de transição na área de assistência social.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado Caderno: A Página: 15